

A Campanha Despejo Zero em interações com o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal.

Responsável: Gabriel Santos Elias

Professora orientadora: Rebecca Abers

Como citar este relatório: Como citar o documento: Elias, Gabriel Santos. “A Campanha Despejo Zero em interações com o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal”, Relatório de Pesquisa #08, Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia, Brasília, 02 de setembro de 2022, disponível em: <http://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-dorepositorio/>

Introdução

Na manhã do dia 5 de abril de 2021, cerca de 38 famílias foram acordadas pelo barulho de tratores que cercavam a comunidade onde moravam, na região central de Brasília, a cerca de 1 km do Congresso Nacional do Brasil. A agência de fiscalização urbana da capital do país trazia os tratores e vinha acompanhada de dezenas de policiais militares armados com escudos e armas menos letais.

Era a terceira operação de derrubada de casas naquele mesmo local em menos de um ano. Os barracos erguidos sobre a terra vermelha eram habitados principalmente por pessoas negras e pobres que trabalhavam catando lixo nas regiões nobres da cidade e o vendiam para empresas de reciclagem.

Essa ocupação foi emblemática pelo simbolismo da proximidade entre o centro de poder brasileiro e a extrema vulnerabilidade em que as famílias viviam naquele contexto. No entanto, havia naquele momento 19 outras comunidades ameaçadas de despejo em Brasília, onde habitavam milhares de pessoas. Centenas de outras passavam por isso em todo o Brasil.

Logo que a pandemia chegou ao país, o governo de ultra direita de Jair Bolsonaro sabotou todos os esforços de enfrentamento à pandemia. Foi contra políticas de distanciamento e até mesmo contra a vacinação. Alguns governadores e prefeitos atuaram de forma mais responsável. A máxima mais repetida nos meios de comunicação era “fique em casa”. Sem muita informação sobre como o vírus que causava tantas mortes se comportava, manter distanciamento físico era a forma mais segura e eficaz para se proteger. A centralidade da casa como espaço de sobrevivência, que sempre foi defendida por movimentos de moradia, ficou radicalmente evidente naquele contexto. Apesar disso, ao mesmo tempo em que os governos pediam que as pessoas ficassem em casa, muitas pessoas tinham suas casas derrubadas em remoções forçadas.

Nesse contexto, movimentos de diversos lugares do Brasil se organizaram para construir iniciativas para impedir despejos nos estados e através de uma iniciativa que abrangesse todo o país. Em uma das reuniões, o dirigente da Central de Movimento Populares, Benedito Barbosa, propôs a rearticulação no Brasil de uma campanha organizada pela Aliança Internacional dos Habitantes chamada Zero Eviction Campaign, que foi lançada em 2004 na quarta edição do Fórum Social Mundial, em Mumbai. Em julho de 2020, foi lançada a campanha "Despejo zero: pela vida no campo e na cidade", com o objetivo de impedir despejos forçados durante a pandemia no Brasil.

Neste relatório, analisaremos como a Campanha Despejo Zero atuou para articular os diferentes atores que atuam na pauta fundiária para, em incidência junto às instituições políticas, impedir despejos durante a pandemia. Foi possível notar que houve uma unificação em duas frentes: uma dentro dos próprios movimentos de moradia, entre aqueles que tinham uma estratégia predominantemente institucional e outra predominantemente confrontacional, e outra entre movimentos de moradia e movimentos rurais. Além disso, houve uma aproximação de movimentos alinhados a projetos partidários distintos, uns mais alinhados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e outros ao Partido Socialismo e Liberdade



(Psol). Como veremos, esse movimento de construção de unidade tática não ocorreu sem tensões entre os atores envolvidos.

Esse movimento unitário parece ter sido importante para o aproveitamento do momento político da pandemia como oportunidade para a aprovação de uma agenda progressista, mesmo quando atores institucionais pareciam mais avessos a esse tipo de pauta. Mas a autonomia tática dos movimentos dentro desse contexto também teve impacto no desfecho positivo para os objetivos da Campanha. O relatório é baseado em análise documental e entrevistas qualitativas semi-estruturadas com 3 lideranças da Campanha Despejo-Zero: Rodrigo Rafael, militante do MTST e Coordenador da Campanha; Benedito Barbosa, militante da Central de Movimentos Populares (CMP); e Ana Moraes, militante do MST.

“Unidade conflituosa”

O campo da luta por moradia pode ser dividido em dois pólos que protagonizaram a história da luta por moradia com duas estratégias principais distintas ao longo das últimas décadas. De um lado, movimentos surgidos no período da redemocratização, que a partir da eleição do PT para o Governo Federal em 2002 adotaram como estratégia principal a ocupação de conselhos participativos e a construção de conferências organizadas por governos progressistas. De outro, movimentos que ao longo dos governos do PT afirmaram como estratégia principal a ocupação de terras por meio da ação direta em atos de confronto como meio de conquistar moradias. As organizações que construíam sua estratégia prioritariamente a partir dos espaços participativos participavam do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU). O grupo de organizações que enfatizava a ação direta, liderado pelo MTST, construiu a Frente de Resistência Urbana com uma perspectiva que se pretendia mais combativa e mais pautada pela ação direta, com ocupações de imóveis e protestos.

Nas palavras de Rud Rafael, dirigente do MTST e Coordenador da Campanha Despejo Zero, essa divisão é explicada da seguinte forma:

O Fórum Nacional de Reforma Urbana, que é um espaço que há algum tempo estava mais desarticulado, né? Acho que desde 2013, assim, as mobilizações 2013 também explicitavam um pouco da crise de um campo de movimentos alinhados ao projeto democrático popular do PT e ascensão de outros movimentos que eram esses movimentos alinhados com a Frente de Resistência Urbana que viam naquela conjuntura a necessidade manter um ciclo de mobilização de radicalidade, de ocupações, de ação direta. E o campo do Fórum Nacional de Reforma Urbana estava ainda naquele debate da institucionalidade e de construir os processos a partir dos conselhos e tal. (Rodrigo Rafael, 01/04/2022)



Perguntado se considerava que fazia sentido essa sistematização da diferença no campo de movimentos por moradia, Benedito Barbosa, do CMP, confirmou:

Está correto, eu entendo que o MTST surgiu e cresceu questionando os modelos tradicionais de participação, que de uma forma geral, na visão deles, podem gerar muito mais ônus para os movimentos do que soluções concretas. Eu respeito esta posição, embora ache, perfeitamente possível combinar as lutas nas ruas com participação popular (Benedito Barbosa, 25/05/2022)

Além disso, há uma diferença significativa entre os meios de atuação dos movimentos rurais e dos movimentos urbanos. Isso foi reflexo, segundo Rodrigo Rafael, de uma percepção da necessidade de articulação no âmbito territorial, tendo a dimensão do espaço físico como central para mobilização e resistência política. A campanha Despejo Zero foi um espaço importante para unificação desses movimentos que no passado já tiveram origens comuns. Em 1997, o MTST surgiu de um grupo que fora destacado do MST para a construção de uma frente de atuação nas periferias das cidades. Depois, se distanciaram e na década de 2010 o MTST cresceu e ganhou mais protagonismo político.

eu acho que é bem importante ressaltar que a campanha também foi um campo de convergência com os movimentos do campo. Acho que a gente tinha um desafio muito grande de construir uma luta conjunta entre campo e cidade há muitos anos, a partir de uma perspectiva territorial inclusive. Acho que há necessidade de articular melhor com Movimento indígena, pensando essa dimensão de território também, campo-cidade-floresta. Mas acho que a Campanha Despejo Zero também trouxe esse avanço, de a gente pensar um pouco para além dessa dicotomia campo-cidade, entender que os ataques estavam vindo dentro de uma perspectiva territorial, em relação a todos esses movimentos. Então é importantíssima a presença do MST também nessa campanha, o próprio MPA e vários outros movimentos do campo que foram fortalecendo aí esse campo de organizações em torno da campanha despejo zero. (Rodrigo Rafael, 01/04/2022)

Essa convergência está diretamente relacionada ao contexto político do país, que, desde o impeachment de 2016, demandou a articulação da esquerda em frentes e possibilitou o aprendizado sobre a construção do que Rafael chama de unidade conflituosa.

Eu acho que isso também é um aprendizado dessa conjuntura: a necessidade desses movimentos se articularem em frentes diante do contexto de retrocessos. Então a gente já vinha um pouco exercitando esse diálogo e essa cultura, vamos dizer assim, de superar essas diferenças das diferentes organizações entendendo que a gente não ia ter capacidade de enfrentar a conjuntura se não de forma articulada. Então acho que um dos pontos de virada também dessa conjuntura foi a criação da Brasil Popular e da Povo Sem Medo que não deixa de também expressar aí uma tensão interna desse campo ainda mais amplo né? Porque,



enfim, a Brasil Popular que tinha como principal representante ali dos movimentos o MST e a Povo sem Medo o MTST, né? Então a gente meio que, além do campo de disputa dos movimentos sociais urbanos, também tinha de alguma forma esse campo de unidade conflituosa dentro desse aspecto mais amplo dos ataques no Brasil e não deixou de ser diferente na campanha Despejo Zero, mas eu acho que temos trabalhado muito bem essas divergências em prol de um objetivo maior que é impedir os despejos no Brasil. (Rudrigo Rafael, 01/04/2022, grifo nosso)

Por fim, alinhamentos partidários também representaram clivagens internas relevantes. Embora a quase totalidade dos movimentos seja alinhada com a esquerda, alguns movimentos são mais alinhados ao PT, como o MST e a FNRU, outros com proximidade do PCdoB e PSB, como o CONAM e a FACESP, o Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) do Unidade Popular (UP) e o MTST e as Brigadas Populares alinhadas ao PSol.

Autonomia tática “no calor da luta”

As diferenças políticas representadas pelo alinhamento partidário chegaram a um momento crítico quando a ocupação que relatei no início deste relatório foi brutalmente despejada naquele dia de 2021.

Inicialmente, a Campanha Despejo Zero optou por apresentar um Projeto de Lei (PL 827/2020), de autoria da Deputada Natália Bonavides, do PT do Rio Grande do Norte. À época havia a opção de entrar também na justiça para impedir a realização de despejos durante a pandemia, mas a Campanha avaliou que seria arriscado optar por esse caminho. O risco era enfraquecer a estratégia de aprovação do Projeto de Lei no Congresso e ainda inviabilizar ações estaduais desse tipo, caso a iniciativa fosse derrotada no STF.

Apesar disso, diante da repercussão do despejo próximo à Praça dos Três Poderes, o Psol, com o apoio do MTST, decidiu entrar com uma ADPF no Supremo Tribunal Federal, mesmo sem o alinhamento com outras organizações da Campanha. Nas palavras de Rudrigo Rafael:

Acho que um dos processos de maior tensão foi a ADPF 828. A própria campanha majoritariamente se colocou contra essa iniciativa, dizendo que de alguma forma iria fragilizar os movimentos se não obtivessem uma vitória. Eu acho que esse foi o ponto de maior tensão desse processo todo de março de 2020 até agora. Ele foi comprado pelo MTST e pelo PSOL e que se mostrou um grande acerto no final das contas. Mas a gente teve muita tensão interna na campanha em função



disso. Mas, assim, é isso, o processo de unidade ele se constrói a partir de uma dinâmica conflitiva também (Rudrigo Rafael, 01/04/2022, grifo nosso).

Apesar da divergência inicial, a Campanha Despejo Zero decidiu atuar em conjunto em defesa da ADPF e tiveram um surpreendente sucesso. O ministro do Supremo, Luís Roberto Barroso, concedeu liminar para impedir despejos em todo o Brasil enquanto durar a pandemia. Apesar da divergência inicial e um aparente desconforto uma medida tomada unilateralmente por uma das organizações que compunha a iniciativa, Ana Moraes, do MST, justifica a iniciativa do MTST e do PSol argumentando que o processo político dos movimentos sociais - que ela chama de "o calor da luta" - traz elementos que não cabem em planejamentos prévios, e esse entendimento de flexibilização do planejamento inicial e da própria construção da unidade permitiu a manutenção da atuação conjunta.

O calor da luta ele vai te dar noções que às vezes ela não está colocada dentro de um espaço de planificação. Certamente quando o Psol pensou e apresentou a ADPF foi no calor de um despejo onde você teve várias violações de direitos humanos naquele momento. E você estava no choque de que você estava numa pandemia. Então além de toda violência colocada no próprio despejo você tinha o período da pandemia. Então, no desespero daquele momento fez essa apresentação meio que unilateral. Mas o que nos deu unidade foi dizer OK. Foi. Agora vamos construir essa incidência de forma coletiva. (Ana Moraes, 5/04/2022)

A decisão do STF, além de garantir o cumprimento imediato do que a Campanha defendia, também parece ter contribuído para o sucesso da estratégia legislativa de aprovação do PL de autoria da Deputada Bonavides. A proibição dos despejos pelo Supremo diminuiu os custos políticos da aprovação do Projeto pela Câmara. O Projeto foi aprovado na Câmara em maio de 2021 e, quando discutido no Senado, os interesses de setores do agronegócio fizeram cair a parte do texto que tratava dos imóveis rurais. Mesmo assim, os movimentos rurais seguiram apoiando o Projeto, considerando os efeitos positivos da Lei para os movimentos urbanos. Aprovado nas duas casas, o Projeto ainda foi vetado pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro. Em uma demonstração de força da pauta, os articuladores da Campanha conseguiram derrubar o veto em uma sessão conjunta do Congresso Nacional em agosto do mesmo ano. A aprovação do Projeto de Lei no Congresso Nacional foi importante para legitimar a luta pelo despejo zero durante a pandemia. Seu efeito prático, no entanto, foi limitado. Entrando em vigor em agosto e tendo como período de vigência o prazo de dezembro daquele mesmo ano, teve apenas quatro meses de efeito.

O dilema entre apresentar uma ADPF no Judiciário ou insistir exclusivamente na defesa de um Projeto de Lei no Congresso poderia ter paralisado a Campanha



Despejo Zero e dificultado a conquista de seus objetivos. A construção da unidade política, no entanto, não levou a essa paralisia. O MTST e o PSOL optaram unilateralmente por uma estratégia diferente da defendida por outros movimentos da Campanha. A decisão envolvia riscos: se não obtivesse sucesso poderia prejudicar a atuação de outros movimentos na pauta. Além disso, a decisão unilateral com tamanho risco poderia ter o efeito de desarticular a campanha e romper a unidade que representou um feito histórico, como vimos anteriormente. O que aconteceu, no entanto, não foi nada disso. Os outros movimentos compreenderam a decisão do movimento e passaram a apoiar conjuntamente a estratégia judicial. A decisão nessa seara foi fundamental não só para o objetivo geral do movimento - impedir despejos na pandemia - como para cumprir o objetivo específico de aprovar um projeto de lei sobre o tema. A "unidade conflituosa" (Rudrigo Rafael) que os movimentos construíram acabou resultando tão importante quanto a autonomia tática que os movimentos construíram "no calor da luta" (Ana Moraes).

Pandemia como oportunidade política

A Pandemia da Covid 19 mobilizou movimentos sociais de diversas formas. A necessidade de lutar coletivamente em defesa dos mais vulneráveis em um contexto ameaçador fez com que diversas iniciativas surgissem. A pandemia foi percebida como uma oportunidade para avançar na defesa do direito à moradia, no momento em que ficar em casa parecia uma solução central para evitar o contágio. A postura negligente do Governo Federal com o tema pode ter contribuído inclusive para a derrubada do veto ao PL, segundo Rudrigo Rafael:

A garantia do direito à moradia, a garantia da renda básica, a garantia de um sistema público de saúde, né? Foram coisas que ganharam muita relevância no contexto da pandemia e isso também facilitou o diálogo com o legislativo, que não é um legislativo aliado nosso, né? Muito pelo contrário, mas acho muito importante ter esse contexto também de que Bolsonaro se contrapunha a uma vontade não só da sociedade mas também com a decisão tomada pelo Legislativo né? Desrespeitando aí as instâncias que tinham a atribuição de aprovar e de legislar sobre isso. A gente conseguiu construir uma incidência importante sobre isso, né? Então acho que o contexto desgaste também do governo Bolsonaro em 2021 em relação ao enfrentamento da pandemia né? (Rudrigo Rafael, 01/04/2022)

Além de Congresso e STF, outras instituições foram mobilizadas para conseguir avanços na agenda contra despejos durante a pandemia. Dito menciona CNJ, CNDH, Condege, entre outros.



E fizemos também várias denúncias no Conselho Nacional de Direitos Humanos no Brasil e também junto ao Conselho Nacional de Justiça, o CNJ. O Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional de Direitos Humanos emitiram recomendações também sobre despejos na pandemia. Então a gente foi conseguindo, do ponto de vista institucional, uma série de posicionamentos de autoridades, né? (Benedito Barbosa, 25/05/2022)

Como um fenômeno internacional, exemplos de outros países e recomendações de órgãos multilaterais tiveram muito peso na defesa do PL e da ADPF da campanha despejo zero.

Então acho que todo clima que tinha sido criado na sociedade em relação a debate inclusive do ponto de vista internacional também tiveram várias iniciativas que davam sustentação pra gente dizer, "olha não é só o Brasil que está impedindo despejo e criando medidas de garantia de direito a moradia no contexto da pandemia, (Rudrigo Rafael, 01/04/2022)

Esses órgãos foram arenas de busca de apoio por parte dos movimentos que compõem a Campanha.

As denúncias já estavam chegando antes e tudo mais. A gente protocolou, junto à relatoria da ONU, pelo direito à moradia adequada e ele fez inclusive uma manifestação sobre essa situação no Brasil também. E a própria ONU Habitat, que é a organização da ONU relacionada ao tema da das cidades, eles emitiram também uma recomendação em junho de 2020 também para os países membros em relação à questão dos conflitos pela Terra e sobre a questão da suspensão dos despejos num período mais crítico da pandemia. Então essas duas recomendações deram muita força também para que a gente pudesse nos movimentarmos no Brasil. A gente também buscou o apoio do Alto Comissariado da ONU para os direitos humanos da ONU pra denunciar essa situação de despejos e também o Comitê Interamericano de Direitos Humanos. (Benedito Barbosa, 25/05/2022)

O contexto político de emergência da pandemia obrigou instituições a tomarem decisões rápidas para enfrentar a ameaça do vírus. Esse contexto permitiu a mobilização de diversos atores institucionais pela campanha despejo zero, tanto internacionais como nacionais, nas diversas esferas de poder. A relação conflituosa entre executivo e legislativo nas pautas relacionadas à pandemia também contribuiu para que a campanha tivesse sucesso nas articulações junto a setores tradicionalmente avessos a suas pautas.

Produção e utilização estratégica de informações



A Campanha Despejo Zero adotou também uma nova rotina para movimentos de moradia na relação com o Estado. A Campanha fez um mapeamento das comunidades ameaçadas de despejo durante a pandemia, quantificando o número de pessoas que poderiam ser impactadas por aquela decisão que demandavam das instituições e dando repercussão a esse números.

Acho que um dos elementos chave da campanha foi a produção do mapeamento. A gente conseguiu, num contexto de desmonte, dos órgãos e institutos de produção de informação e de dados, quantificar o número de famílias ameaçadas, de famílias despejadas. A gente conseguiu inclusive no ano passado emplacar a matéria do Jornal Nacional sobre isso. (Rudrigo Rafael, 01/04/2022)

Esses dados foram utilizados pela Campanha na incidência junto ao STF para solicitar a prorrogação do prazo estipulado na decisão. Já na petição inicial, o PSOL, partido que propôs a ADPF, citou dados da Campanha Despejo Zero para argumentar pela necessidade de uma decisão judicial que interrompesse a prática de despejos durante a pandemia. À época 9.156 famílias haviam sido despejadas em 14 estados da federação e outras 64.546 se encontravam ameaçadas de despejo. Esses dados foram reproduzidos pelo Ministro relator da Ação no STF como fundamento para sua Decisão.

Posteriormente, os mesmos dados foram atualizados e novamente serviram como base para a decisão do Supremo pela prorrogação da medida que impede despejos até Outubro de 2022. Rudrigo Rafael relatou como os dados foram utilizados na audiência que tiveram com o Ministro Barroso em uma das solicitações de prorrogação da decisão:

Eu cheguei pra ele e disse "oh, Ministro, é meio milhão de pessoas que vão pra rua nos próximos meses se a ADPF não for prorrogada. Então, assim, é convulsão social que a gente vai ter no Brasil no contexto de crise econômica. (Rudrigo Rafael, 01/04/2022)

Segundo Dito, essa era uma prática já de movimentos rurais, que inspiraram a iniciativa da campanha.

Houve vários desdobramentos sobre isso, né? Por exemplo, nós nunca tínhamos feito um mapeamento nacional sobre despejo no Brasil. Quem tem mapeamento sobre despejo e conflito? No Brasil é a CPT, né? A comissão pastoral da terra. A campanha fez isso, ou seja, conseguiu fazer um mapeamento, né? (Benedito Barbosa, 25/05/2022)

Além dos movimentos rurais, é prática comum, especialmente de Organizações Não Governamentais, produzir pesquisas e gerar dados para fundamentar mudanças em políticas públicas no Brasil. A pandemia e a campanha pela interrupção de despejos durante esse período foi um momento em que os movimentos urbanos



viram uma oportunidade para adotar essa rotina na interação com o Estado para atingir seus objetivos.

O desafio da incidência política durante a pandemia

Ao mesmo tempo em que foi considerada uma oportunidade para avançar na defesa do direito à moradia, a pandemia impôs também um desafio aos movimentos sociais na sua incidência política junto ao Congresso Nacional e outras instituições políticas.

Acho que dificultou do ponto de vista dessa incidência concreta, né? Do diálogo cara a cara, da pressão dos movimentos junto a parlamentares né? Se blindou muito a Câmara nesse sentido. Inclusive essa semana a gente tava numa reunião da frente em defesa da democracia e dos direitos humanos, do qual MST e o MTST fazem parte e uma das principais pautas além da do avanço aí da lei antiterrorismo e etcétera foi justamente a necessidade da volta do congresso pro presencial porque grande parte da pauta de retrocessos foi também legitimada por um quórum e por uma dinâmica virtual e a dificuldade de fazer pressão por parte da sociedade junto a esses parlamentares. A gente fez algumas movimentações né? No congresso pra pressionar em relação a isso. Mas é isso, sem os deputados e deputadas presentes essa pressão às vezes se torna até inócua né? Tipo você está pressionando quem? É alguém que nem está naquele espaço pra ser pressionado então acho que isso dificultou um pouco (Rudrigo Rafael, 01/04/2022)

Para Ana Moraes, do MST, essa dinâmica do funcionamento do Congresso pode ter afetado mais os movimentos sociais que outras organizações que atuam junto ao Legislativo. Ela destaca a importância da presença física e em número para que suas posições sejam consideradas.

o nosso trabalho ele é muito de formiguinha e como eu falei no tema do terrorismo a nossa presença ela é a garantia de que as nossas questões possam ser levadas em consideração. Então assim a nossa presença, diferente dos outros advocacies, podemos dizer assim, a dos movimentos ela é uma presença coletiva. Não é a presença da Ana, do Rud, ou de quem quer que seja que faz a diferença. A nossa diferença está numa presença coletiva. Então você demonstra importância daquela pauta com um número grande de pessoas que você vai pra lá. Então a nossa pauta popular e social ela demanda isso. E a gente não tinha, o que a gente tinha era mobilização das audiências virtuais e isso dificultou muito e talvez isso seja um dos grandes fatores que a gente atrasou muito esse projeto. Esse projeto passou praticamente um ano sem ter a sua aceleração necessária e ele só vem a ser aprovado ano passado, em 2021, já quando passou todo um ano de pandemia. Então certamente nós, enquanto movimentos populares, só temos a perder quando a gente não tem acesso físico para a defesa das nossas pautas. (Ana Moraes, 5/04/2022, grifos nossos)



Diante dessas limitações, as redes sociais foram ainda mais importantes para a pressão sobre os parlamentares.

E neste dia também da incidência, então o que era ainda possível pra nós enquanto atividade, ações concretas? Era as redes sociais. E ainda nesse período da pandemia você sabe que tem a questão da vaidade do parlamentar. Então a gente foca e consegue a maioria também nessa ideia que o PL não cria um impacto econômico muito forte (Ana Moraes, 5/04/2022).

Conclusão

A Campanha Despejo Zero foi um exemplo de sucesso em articular uma atuação de base, resistindo a ações de despejo; um efetivo trabalho de comunicação, convencendo mais pessoas da importância da moradia em um momento crítico da pandemia; e uma boa estratégia de incidência nas instituições, com vitórias expressivas em dois dos três poderes da República, enfrentando uma conjuntura em que as instituições sofrem maior influência de políticos conservadores. Estudos realizados pela Campanha identificaram que cerca de meio milhão de famílias ameaçadas de despejo foram protegidas pela decisão de impedir operações desse tipo durante a pandemia.

A pandemia foi um contexto desafiador para movimentos de base, mas abriu uma oportunidade para mobilizar as instituições estatais e internacionais por mudanças que eram defendidas há muito tempo. A emergência da pandemia permitiu a adoção de medidas que em outros contextos seriam tidas como radicais e inviáveis por parte do Estado. Além disso, a pandemia acirrou conflitos entre poderes e permitiu a construção de uma coalizão mais ampla em torno da proposta, tanto no poder judiciário quanto no legislativo.

O desafio que a Campanha Despejo Zero enfrenta agora é articular ações que garantam vitórias para o período posterior à pandemia e ao governo Bolsonaro, considerando a possibilidade da sua derrota nas eleições de outubro de 2022. Se o período crítico da pandemia e do Governo Bolsonaro contribuiu para a unificação de movimentos e ampliação do apoio a sua causa, o fim desse período apresenta outros desafios que devem considerar os aprendizados obtidos recentemente.

